

ENTREVISTA COM MARIANA CHAGURI (IFCH/UNICAMP): LUGARES, SINGULARIDADES E POSSIBILIDADES DAS MULHERES INTÉRPRETES DO BRASIL

Arilda Arboleya¹

Camila Carolina Hildebrand Galetti²

Caroline Aparecida Guebert³

Emilly Gabriela Menezes Franco⁴

Hilton Costa⁵

RESUMO: O tempo sócio-histórico mais recente empunhou, pela força da ação e protagonismo de alguns grupos, o debate sobre a diferença e sobre as desigualdades rotineiramente estruturadas a partir dela. Nesse mesmo movimento, impôs também ao campo intelectual pensar-se criticamente, reflexionando sobre o lugar da diferença e sobre desigualdades reiteradas e naturalizadas internamente. Assim, se os arranjos de poder que

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, pesquisadora da área de Pensamento Social Brasileiro. E-mail: arildaarboleya@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4789-1483>.

² Mestra e doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília, pesquisadora da área de Sociologia Política, Teorias Feministas e Neoliberalismo. E-mail: cchgaletti@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2364-2519>.

³ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora da área de História Intelectual e História Social da Cultura. E-mail: carolineap.guebert@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6350-7595>.

⁴ Mestranda em Ciências Sociais e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. Pesquisadora da área de Pensamento Social Brasileiro e gênero. E-mail: emillygmfranco@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9978-7824>.

⁵ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, pesquisador da área de Pensamento Social Brasileiro, Brasil Imperial e Relações Raciais. E-mail: hcosta@uem.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2140-7729>.

organizam a vida social ampla a partir da normalização de formas de pensamento, como o patriarcalismo e o racismo, foram também acriticamente fluentes por muito tempo na organização da arena intelectual, em ambos os casos tais arranjos organizados não se fizeram isentos de disputas e tensionamentos. Ascende, então, no meio intelectual, *pari passu* ao enfrentamento promovido por grupos negros e feministas, a necessidade de pensar a diferença no espaço da produção acadêmica. Ao passo em que a ampla maioria dos livros que inventariam as “grandes obras” de interpretação nacional, os “grandes ensaios” elucidadores do Brasil, elencam quase que exclusivamente figuras masculinas, impõe-se indagar: onde estavam as intelectuais brasileiras, cuja massiva presença nas cadeiras das ciências humanas sempre foi marcante no século XX? Do que se ocupavam? Elas não produziram “interpretações nacionais” ou essa ausência no elenco rotineiro de intérpretes do Brasil expressa um apagamento ou um subugar atribuído a suas produções e suas formas de explicar? Afinal, quais os lugares e possibilidades de alcançarmos a interpretação nacional produzida por mulheres? Tais problematizações são aprofundadas nesta entrevista com a professora Mariana Miggiolaro Chaguri (IFCH/UNICAMP).

PALAVRAS-CHAVE: Mariana Chaguri. Pensamento Social Brasileiro. Mulheres intérpretes do Brasil.

INTERVIEW WITH MARIANA CHAGURI (IFCH/UNICAMP): PLACES, SINGULARITIES, AND POSSIBILITIES OF WOMEN INTERPRETERS IN BRAZIL

ABSTRACT: The most recent socio-historical period has led to, by the force of action and the protagonism of some groups, the debate about difference and the social inequalities which routinely have been structured from it. The same movement required the intellectual field to think critically about itself, ponder about the place of difference and of the reiterated inequalities which were naturalized internally. Therefore, if the power arrangements that organize social life from the normalization of thought forms, such as patriarchalism and racism, were uncritically fluid for a long time in the organization of the intellectual arena, in both cases these organized arrangements also were not free of disputes and tensions. In the intellectual milieu raises the need to think about the difference in the space of academic production, *pari e passu* to the confrontation promoted by black and feminist groups. While the vast majority of the books that are of the inventory with the “great works” of national interpretation, the “great essays” that elucidate Brazil, list almost exclusively male figures, we must ask: where were the

Brazilian female intellectuals? What were they concerned about? Did they not produce “national interpretations” or does this absence in the known cast of interpreters of Brazil express an erasure or a subplacement attributed to their productions and their ways of explaining the world? After all, what are the places and possibilities for us to reach the national interpretation produced by women? This interview with the professor Mariana Miggiolaro Chaguri (IFCH/UNICAMP) walks through such problematizations.

KEYWORDS: Mariana Chaguri. Brazilian Social Thought. Women interpreters from Brazil.

ENTREVISTA A MARIANA CHAGURI (IFCH/UNICAMP): LUGARES, SINGULARIDADES Y POSIBILIDADES DE LAS MUJERES INTÉRPRETES EN BRASIL

RESUMEN: El período sociohistórico más reciente, por la fuerza de la acción y el protagonismo de algunos grupos, ha desplegado el debate sobre la diferencia y sobre las desigualdades rutinariamente estructurado a partir de ella. En ese mismo movimiento, también impuso al campo intelectual pensar críticamente, reflexionando sobre el lugar de la diferencia y sobre las desigualdades internamente reiteradas y naturalizadas. Así, si los arreglos de poder que organizan la vida social amplia a partir de la normalización de formas de pensamiento, como el patriarcado y el racismo, también fueron fluidos acriticamente durante mucho tiempo en la organización de la arena intelectual, en ambos casos tales arreglos organizados no estaban libres de disputas y tensiones. Entonces, en el medio intelectual, *pari passu* al enfrentamiento promovido por grupos negros y feministas, surge la necesidad de pensar la diferencia en el espacio de la producción académica. Mientras que la gran mayoría de los libros que inventarían las “grandes obras” de interpretación nacional, los “grandes ensayos” que dilucidan Brasil, enumeran casi exclusivamente figuras masculinas, es necesario preguntarse: ¿dónde quedaron las intelectuales brasileñas? ¿Qué hicieron? ¿No produjeron “interpretaciones nacionales” o esta ausencia en el elenco rutinario de los intérpretes de Brasil expresa un borrado o un sublugar atribuido a sus producciones y sus formas de explicar? Después de todo, ¿cuáles son los lugares y posibilidades de lograr la interpretación nacional producida por las mujeres? Es por tales problematizaciones que discurre esta entrevista con la profesora Mariana Miggiolaro Chaguri (IFCH/UNICAMP).

PALABRAS CLAVE: Mariana Chaguri; Pensamiento Social Brasileño; Mujeres intérpretes de Brasil.

INTRODUÇÃO

O interesse desse dossiê em refletir sobre as *Mulheres Intérpretes do Brasil* nos levou à socióloga, professora e pesquisadora Mariana Miggiolaro Chaguri (IFCH/UNICAMP), mulher, jovem, inovadora, zelosa e dedicada à produção acadêmica criteriosa e à disseminação responsável de conhecimento. Sua trajetória formativa e produtiva – que vincula o aporte teórico-metodológico inscrito na perspectiva do Pensamento Social Brasileiro, o tratamento delicado que questões fulcrais da formação nacional e a amarração sofisticada dessas frentes às discussões sobre gênero, protagonismo e ação intelectual de mulheres – a legitima como figura social e intelectual de ampla relevância para tratar da temática aqui enfocada. Munida desse repertório e dessa experiência, sua sofisticada análise da pauta proposta, fornecida em entrevista realizada em fins de agosto de 2021 por videoconferência, vem contribuir decisiva e heurísticamente para o debate crítico acerca dos lugares, desafios e caminhos de uma produção acadêmica instruída pelo tensionamento das desigualdades e pela valorização da diferença.

ENTREVISTA

Por ser você uma pesquisadora que tem uma trajetória na linha do Pensamento Social e que está trabalhando com a pauta de gênero agora, nós gostaríamos de começar falando sobre essa sua trajetória: quem é a Mariana Chaguri? Quais são as condições sociais e os percursos acadêmicos que agiram na construção do sujeito Mariana?

Bom, vou começar pelo meu começo nos estudos de Pensamento Social. Eu comecei na iniciação científica do segundo para o terceiro ano de graduação. Fiz Ciências Sociais na UNICAMP e, na verdade, não me encontrava muito nas disciplinas “Marx, Weber e Durkheim”, não tinha uma grande identificação. Mas, quando fiz a disciplina de Pensamento Social – eu fiz com a Elide Rugai Bastos, que se tornaria minha orientadora

– então me encontrei. Eu acho que tem aqueles livros que te marcam um pouco, e lembro que, para mim, foi a leitura de *Sobrados e Mucambos*, depois de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes...* foi uma sequência de leituras que eu falei “Nossa! Que coisa interessante”.

A Elide é uma pessoa espetacular, acho que foi o último curso de graduação que ela deu. Ela estava se aposentando, e aquilo me marcou muito, e fui atrás dela com a cara e com a coragem para dizer “Ah, eu queria pesquisar algum tema de Pensamento Brasileiro”. Eu sempre gostei muito de Sociologia Rural também, sempre tive esse pezinho, então fiz uma Iniciação Científica justamente sobre as transformações no Nordeste agrário, focando os processos de modernização do campo. E foi a Elide que me disse assim: “Ah, por que você não traz isso para o meio da literatura?”. Foi ela que me sugeriu esse objeto, eu lembro muito dessa reunião de orientação, e comecei a trabalhar com a Elide e nunca mais larguei. Então, acho que atribuo muito da minha trajetória a uma mulher muito inspiradora que é a professora Elide. Eu fui a última orientanda de iniciação científica dela, e ela foi minha orientadora no mestrado, no doutorado e, como ela sempre diz, orientador é para sempre, então ela é minha orientadora até hoje, ela corrige muitos dos meus textos, eu gosto disso, a gente manteve essa interlocução.

Eu fui me aprofundando um pouco no debate da Sociologia da Literatura – foi uma coisa que eu gostei muito de fazer –, me aprofundando nos estudos sobre o José Lins... fui ampliando um pouco com esse objeto, fiz o mestrado sobre o *Ciclo da Cana-de-açúcar*, do Zé Lins, bem focado na Sociologia da Literatura, análise de romances, fui estudar teoria literária, fiz muitas disciplinas. Eu gosto disso, acho que tem um modo de ler a relação entre processo social e produção das ideias no qual a teoria literária ajuda bastante a construir metodologicamente o vai e vem entre as ideias e o mundo social. Acho que sempre tem aquela coisa do Antonio Candido que acho muito bonito: “a obra pertence ao mundo, mas ela também é o mundo”. E acho que isso sempre me enfeitiçou um pouco: gosto de ler as ideias no mundo, mas de entender que as ideias também constroem o seu próprio mundo. Meu mestrado foi basicamente centrado nesse exercício metodológico, muito focado na Sociologia da Literatura. E, no doutorado,

acho que cansei um pouco desse exercício metodológico, embora tenha uma parte enorme do texto que é uma análise dos romances propriamente, tanto do *Ciclo da Cana-de-açúcar*, do Zé Lins, quanto da trilogia *O tempo e o vento*, do Érico Veríssimo, mas nesse caso quis entrar mais no debate sobre circulação das ideias. Era uma fase que eu queria desdobrar um pouco mais isso, tentar entender um pouco mais sobre a circulação das ideias regionalistas, que na minha dissertação não consegui explorar muito, e achei que seria a hora no doutorado.

Sempre fiquei com isso na cabeça, de como a circulação das ideias ajuda a produzir seus sentidos... as ideias só têm sentido conforme elas circulam e são reapropriadas. E aí eu quis pegar esse objeto comparativo, que era um autor do Nordeste e um autor do Sul, falando sobre região e sobre nação a partir de lugares muito diferentes, mas que entraram em diálogo de uma certa maneira. Fui tentando explorar essa dimensão de como eles foram construindo um circuito meio alternativo ao Modernismo da Semana de Arte Moderna, porque às vezes – para parte dos estudos – é como se o Romance de 1930 fosse fruto exclusivo da rotinização da Vanguarda Modernista, mas minhas pesquisas em acervos me mostravam que os/as intelectuais em outras partes do país estavam falando de outras coisas, lendo outras coisas, que existia outra circulação da periferia ao centro. Acho que eu estava um pouco interessada nesses debates sobre periferia e centro, sobre circulação de ideias, o que me levou depois do doutorado um pouco para os estudos pós-coloniais, para esse debate da relação entre centro e periferia, sobre circulação das ideias nesses lugares menos canônicos.

E acho que encontrei um desses livros metodológicos que mudam a vida, que é um livro do Benedict Anderson que se chama *Sob Três Bandeiras*. Eu realmente gosto muito desse livro, o subtítulo dele é “Anarquismo e imaginação anticolonial”. É um livro genial que vai pegando circulação das ideias anarquistas, de uma imaginação anarquista anticolonial nas Filipinas, na Espanha e em Cuba durante os séculos XVII e XVIII. É claro que é um livro de uma vida, você precisa ser um Benedict Anderson para escrever uma coisa dessas, mas foi um livro que me pegou muito para uma certa virada metodológica e teórica, de uma ênfase maior sobre as

ideias que circulam na periferia e que permanecem tendo circuitos muito improváveis – como é o anarquismo – que informam o Haiti, Cuba e esses levantes na América do século XIX, que vem de uma circulação das Filipinas, em Barcelona. Enfim, o que é um pouco o livro do Anderson. E acho que fui dando uma volta muito grande para chegar no ponto que era o ponto de origem da minha orientadora: o debate sobre as ideias e sobre a periferia como um ponto de vista organizador do mundo social, organizador da produção das ideias. Eu brinco com a Elide, eu falo: “Levei muitos anos pra chegar naquilo que você estava me dizendo que era o ponto de partida”.

Por meio dos estudos dos debates pós-coloniais – que foram uma certa demanda da docência –, percebo que a minha relação com a área de Pensamento Social se transformou muito quando passei a dar os cursos de Pensamento Social. A primeira vez que eu dei o curso de Pensamento Social na graduação em 2014, parecia mais uma coisa de História das Ideias. Parecia algo como “Ah, existe esse Brasil aqui, de *Casa-Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos, A Integração do Negro...*” e os alunos tinham uma percepção de que era História das Ideias. Não parecia que aquele Brasil existia. De 2017 para frente é um negócio meio desesperador, porque você dá *Casa-Grande & Senzala* e todo mundo fica “É isso! É isso” e você tem que tomar cuidado e falar “Não! Calma, gente! Vamos construir as mediações!”. Os dilemas da sociedade brasileira se inverteram tanto, você tem um processo de mudança tão radical e tão abrupto que ensinar Pensamento Social Brasileiro me deu um pouco dessa dimensão tanto de uma certa demanda dos alunos para entenderem mais sobre a “força social das ideias”, quanto para entender esses circuitos periféricos de circulação das ideias. Então, por exemplo, os alunos sempre ficam muito interessados em saber da relação do Freyre com a África e com Portugal, com esse mundo construído sobre o Atlântico, sobre essas ideias, sobre raça, racismo, trópico, região, enfim, construídas sobre o Atlântico. Também sempre ficam muito interessados com essa Sociologia dos anos 1950, que foi construir suas pontes no debate com a América Latina, que foi o debate sobre a dependência.

Então, acho que fui me guiando por essas perspectivas um pouco mais transnacionais de produção das ideias, por esses circuitos mais periféricos, muito por uma demanda de colocar em contexto para os alunos o que significa dizer que as ideias têm força social, que as ideias, de alguma maneira, ajudam a criar mundos, ainda que não sejam o mundo, para usar a expressão do Candido. E, nesse movimento dos estudos pós-coloniais, que eu comecei o debate sobre gênero e fui vendo um pouco também sobre como esse pensamento brasileiro que a gente ensina tem uma história muito linear, que foi a história que eu aprendi e que, de uma certa maneira, é a história que repito na sala de aula. Comecei a ficar um pouco incomodada com isso, sobre como estamos sempre contando a mesma história, e fui fazendo um primeiro esforço de dizer que a gente precisa ensinar mais mulheres, para além de Maria Isaura Pereira de Queiroz e Maria Sylvia de Carvalho Franco – que eu achava que sempre são presenças óbvias com obras bastante sólidas, mas depois descobri que não são tão óbvias assim. Mas também fui tentando pensar como poderia alargar esse campo de pensamento e ver também o que outras autoras estavam dizendo e construindo. Isso foi algo que ensinar Pensamento Social me fez perceber: que temos uma noção muito acachapante de contexto, de que o contexto é muito linear, é aquilo que está na superfície, é um pouco a história dos vencedores. Não reconstruímos o contexto, que é essa categoria tão chave para os estudos de Pensamento, por meio das suas controvérsias, das lutas que o marcam, daquilo que estava em disputa, afinal de contas.

Isso me permitiu enxergar outras coisas, pensar outras coisas, mas é um alargamento que, para mim, tem a ver com a experiência de ensino: talvez, se eu não tivesse me tornado uma professora de Pensamento Social, eu não sei até que ponto eu não teria ficado confortável naquela coisa da relação entre texto e contexto sem atentar para a necessidade de chegar ao contexto de modo mais alargado. E a experiência de orientação é sempre muito boa nisso também, porque aí vem outros objetos, outros debates, um outro aprendizado, e uma parte importante dessa minha abertura para os debates de gênero tem muito a ver com as minhas orientandas especialmente, com as demandas de objetos que elas tinham, com as

questões que elas tinham e com o estudo que fui fazendo junto com elas, de outros debates, de outros mundos. Então, é algo muito construído com meus alunos em sala de aula e em orientações e, também, com uma certa experiência pessoal: eu trabalho em um departamento de homens, tenho duas colegas mulheres no departamento.

Quando eu entrei no departamento de Sociologia da UNICAMP, não só era muito mais jovem do que todo mundo, mas também só tinha uma outra professora, a Leila da Costa Ferreira. Isso foi uma coisa que gerou ruídos, por diversos motivos: primeiro, porque existiam estudantes que se eles não tivessem oportunidade de ter aula com a Leila, eles não tinham nenhuma professora de Sociologia. Depois, tem a coisa da convivência da Universidade, da vida ali, do quanto você vai descobrindo que você é uma mulher nesse processo, descobrindo desde os pequenos testes que estudantes fazem com você, que não fazem com os colegas homens, até as disputas entre os próprios colegas, e acho que eu fui entendendo muito na prática como gênero é poder. Sabe aquela lição primária? E acho que tem uma coisa de experiência prática nisso tudo.

Então, acho que comecei nisso de modo muito intuitivo, tentando entender um pouco como essas relações de gênero organizam o cotidiano de trabalho na Universidade e também organizam uma dinâmica de produção do conhecimento. Teve uma experiência que achei engraçada: eu dividi um curso com um colega e tinha alguns alunos, acho que eles nem percebiam o que estavam fazendo, mas eu falava alguma coisa e eles tiravam dúvidas sobre o que eu estava falando com o meu colega e não comigo. Não era por mal, no sentido de ser uma coisa agressiva, parecia muito natural para eles. E ao mesmo tempo, quando a dúvida era simples, era mais uma coisa de “deixa eu ver se eu entendi”, aí a pergunta era feita para mim. Tipo, o “deixa eu ver se eu entendi mesmo isso” você pergunta para a professora. Mas, quando a dúvida era muito complexa, a hora que você quer debater teoricamente, você pergunta para o professor. E é curioso essa experiência lado a lado, com um colega, porque você percebe que é diferente mesmo.

Acerca dessa guinada para a questão de gênero: ela é para você uma complementariedade, uma continuidade, um alargamento da questão do Pensamento Social, ou é uma mudança de foco mesmo? A Mariana “mudou de área”? Quais são as suas fontes nessa “nova pauta”, suas estratégias, seus objetivos?

Eu acho que é um alargamento. Tenho pensado cada vez mais que Pensamento Social para mim é sobretudo um método. Não sei se ele é um tema, se é um objeto, mas acho que é uma armação metodológica, é essa relação entre a produção das ideias e o processo social, os encontros e desencontros entre o processo social e as lutas políticas, entre o conflito que emerge de tudo isso e a produção das ideias que em determinado tempo, determinado grupo e atores fazem. Então, acho que o que estou fazendo é buscar alargar essa proposição metodológica básica do Pensamento Social, como eu o entendo.

Gosto de uma armação de um texto que eu aprendi com uma orientanda, Bárbara Luísa Pires, que fez uma dissertação sobre a Gilda de Mello e Sousa.⁶ Tem duas passagens da Gilda que para mim foram muito desses momentos nos quais você fala “Ah! Tem uma coisa aqui”. Um é quando ela fala sobre como, de uma certa maneira, as pesquisadoras da geração dela estudavam objetos “pequenos”. Enquanto os homens – por exemplo, o marido dela [Antonio Candido] – estudavam a formação da literatura brasileira, ela estava estudando um autor ou um período específico, como o Mário de Andrade ou o Barroco, sempre objetos mais circunscritos. Ao falar sobre isso, Gilda aponta que seria como se as mulheres estivessem estudando aquilo que não se narra, aquilo que está fora do acontecimento. Isso é interessante para pensar em termos de Pensamento Social, porque aquilo que está fora do acontecimento é aquilo que está fora do contexto, e se está fora do contexto, o pesquisador de Pensamento Social não alcança, porque estamos estudando contexto, afinal de contas. Então, voltamos ao ponto de precisar saber reconstruir contextos de modo menos acachapantes, de modo mais ricos, de modo

⁶ Refere-se ao trabalho de Pires (2019).

a perceber o que é aquilo que não se narra em um tempo; o que é aquilo que escapa ao acontecimento, à grande vitória, à grande polêmica, à grande questão, que é sempre o que estamos em busca no Pensamento Social Brasileiro. Construir também um olhar para o pequeno, a sutileza, a delicadeza, aquilo que está nublado pelo jogo de forças; ou também para a nossa capacidade de contar história menos como a história dos vencedores, mas também menos como se os vencidos estivessem fadados a perder. Sabe, não contar essa história de que a luta só tinha como resultado, como efeito, a derrota? Como se ela não tivesse sido empurrada para a derrota, como se não tivesse tido um conjunto enorme de pressões e forças que levaram àquele resultado. O quanto, às vezes, o feminismo ou a luta antirracista é soterrada justamente porque ela é muito forte: não é um indício de fraqueza necessariamente; contextualmente pode ser um indício de força, pode ser um indício de que aquilo está ganhando tanto terreno que precisa ser fortemente sufocado.

Então, acho que tem essa primeira dimensão, e é por isso que eu acho que é um alargamento. E a segunda coisa também da Gilda, é um livro de memórias, de cartas dela, de correspondências trocadas entre ela e o Ángel Rama, que uma outra orientanda minha fez um capítulo bonito sobre isso, a Maria Caroline Tresoldi, que estudou a Beatriz Sarlo.⁷ Ela pegou essa correspondência onde a Gilda está se desculpendo porque ela tinha que entregar um capítulo sobre o Mário de Andrade para o Rama e estava atrasadíssimo. Aí tem um momento em que ela conta “Ah, eu vim para o Rio, deixei as crianças com o Antonio para poder trabalhar, para poder me concentrar, mas as coisas não estão saindo...”, e aí ela usa uma frase marcante: “Eu me sinto presa em um espiral de fracasso e frustração”. E é claro que isso não é uma questão específica da condição feminina necessariamente, não estou querendo criar nenhum essencialismo, mas é evidente essas questões da sobrecarga de trabalho, de cuidado... E isso me chamou a atenção para um outro aspecto, que é pensar o quanto olhamos para essas mulheres que sempre narram essas experiências de frustração e fracasso sempre como heroínas. Então elas sempre estão à frente do seu tempo, como a própria Gilda, e o que nós

⁷ Refere-se ao trabalho de Tresoldi (2019).

fazemos: “Ah, a Gilda que, quando ninguém falava disso, foi estudar moda...”. Vemos essas mulheres sempre assim. E então, um intelectual à frente do seu tempo é uma desgraça, porque ele não existe no tempo, e se ele não existe no tempo, ele não existe, simples assim. Porque aí estamos de novo sempre naquela questão de texto e contexto, então aquilo que não está no contexto não existe no tempo. Então vamos olhar para a Gilda, para a Maria Sylvia, para a Maria Isaura – pegando algumas autoras mais ou menos canônicas – pensando em um cânone construído por mulheres no Pensamento Brasileiro, e vamos dizer que elas estavam à frente do seu tempo. Não vamos colocá-las no debate do seu tempo. Como a tese da Maria Sylvia é uma tese que colide com as teses de Fernando Henrique [Cardoso], com uma parte das teses de Florestan [Fernandes], então não! Vamos tomá-la como uma mulher à frente do seu tempo, estudando o moderno e suas diferenças, e jogá-la para outro lugar, pensando em como ela estava rotinizando Weber. Mas ela não está discutindo o centro do debate sobre patrimonialismo naquele tempo histórico, ela está à frente do seu tempo por outros motivos, e esse “à frente do tempo” é um jeito politicamente correto de dizer “fora do tempo”.

Então, acho que tem essa dimensão do alargamento que é conseguir entender de quantas ideias, quantos autores, quantas disputas e lutas se faz um tempo. Acho que é isso que me fez encontrar essas autoras de outras maneiras, mas não só as autoras como também os ativismos que estão nas bases de alguns conflitos centrais de um tempo. Porque se, afinal de contas, estamos olhando quais são os conflitos de um tempo, como a luta social de determinado período histórico se desenvolve, se desenrola, qual é o jogo de forças em questão e como isso tudo está sendo reconstruído em termos de ideias, em como isso tudo está sendo disputado, a gente entende que as ideias são parte da luta social, parte do conflito político. É preciso entender quantos ativismos também estão em torno dessa produção das ideias, e que não são só os intelectuais que vocalizam isso. E você vai encontrando os movimentos mais variados, os movimentos de mulheres, movimentos feministas, movimento negro, movimento camponês, movimentos de sindicatos, de trabalhadores e você vai também alargando essa dimensão da produção das ideias. Então, vejo o gênero como o alargamento de um

princípio metodológico que eu acho que está estruturado no Pensamento Social, que é, enfim, essa mútua implicação entre a produção das ideias, o processo social, o conflito social e a luta política. Eu vejo, de fato, como um alargamento e fui me aproximando de alguns debates sobre movimentos de mulheres, movimentos feministas, justamente pensando na dinâmica transnacional da produção desses ativismos e dessas ideias. Acho que são duas dimensões de um alargamento teórico-metodológico: entender que produção das ideias e ativismo são duas coisas muito mais correlatas do que às vezes a gente tende a reconhecer em nossos estudos; e entender – e isso é muito interessante – que, em geral, são os ativismos, os movimentos mais variados, que fazem as ideias circularem. É claro que as obras circulam, é evidente; mas as pessoas circulam, sobretudo, e quando as pessoas estão em circulação, as ideias estão em circulação e isso é muito fundamental para as ideias que não são as ideias da classe dominante, sobretudo, que não são as ideias vencedoras de um tempo. Então isso é muito central para ativismos de grupos dominados, subalternizados, que é compreender que a circulação e o movimento das ideias são menos dependentes dos circuitos que os intelectuais e as obras fazem, e mais dependentes da circulação e do movimento dos variados ativismos, das variadas ativistas, dos variados movimentos.

Isso tem sido uma coisa interessante para mim, perceber como de fato se criam circuitos transnacionais de debate, de mobilização antiguerra, por exemplo, ou de mobilização pelo direito das mulheres. É claro que os tempos marcam isso: você tem, em alguns momentos, um anti-imperialismo mais forte, um anticolonialismo mais forte, ou um neoliberalismo mais forte, se formos pensar mais contemporaneamente. Mas fico pensando que há um alargamento de um princípio metodológico que continua sendo o mesmo, mas ele só foi bastante alargado e, principalmente, para essas duas dimensões, a de entender que não existe nada fora de um tempo, que ler as coisas como “fora do tempo”, ainda que seja pretensamente um elogio, não vai dar certo, porque não é justo que a gente faça isso com autoras e autores de grupos fora do cânone, que a gente tente os elogiar ou resgatar como fora do tempo, porque aí eles vão ser sempre a excepcionalidade. Assim não dá para contar a história de mulheres excepcionais, de autores

negros excepcionais, porque isso não cria acúmulo, e se não cria acúmulo você não consegue ir ao básico. Penso muito no trabalho da Gilda, sobre as sequências, as linhagens do Pensamento Social Brasileiro, você não cria acúmulo, o que veio antes e o que vem depois, você não consegue engatar uma história de produção das ideias, você não consegue engatar uma imaginação em torno do debate do gênero, em torno do debate de raça, tudo se torna descontínuo, tudo parece tendo sido feito e redescoberto pela primeira vez, e perdemos a possibilidade de entender um processo cumulativo de produção dessas ideias, de construção dessa luta política.

Você pode desdobrar essa ideia de “temas de mulheres” na pesquisa, isto é, dos recortes do que era uma pesquisa tipicamente feita por mulheres, porque isso está diretamente relacionado com a discussão sobre o que é considerada uma obra de interpretação do Brasil. Também, essa discussão sobre localizar uma produção ou autora como “fora de seu tempo”, seria uma espécie de eufemismo para obliterar o acúmulo de uma produção feminina?

Tem duas coisas que eu acho que são interessantes. Uma coisa que tenho discutido com a Elide, que está fazendo um trabalho super bonito sobre a Henriqueta Lisboa, então a gente tem descoberto um monte de coisas juntas. Estávamos estudando sobre a Henriqueta um pouco uma dimensão que é a da modéstia, como esse papel muito associado ao feminino, do quanto isso é uma certa socialização de mulheres, do quanto isso é um dilema intelectual profundo, porque intelectuais dificilmente são modestos: é sempre a grande obra, a grande interpretação, e eu acho que as mulheres têm um pouco mais de dificuldade com essa afirmação. Se elas são perguntadas, acho que dificilmente elas vão dizer isso, uma coisa que um intelectual que é do mesmo porte que elas, mas homem, talvez teria mais conforto ou menos vergonha. As mulheres veem as suas trajetórias e as suas obras de modo mais acidentado – lembro de novo da Gilda, sabe, “a espiral de fracasso e frustração” – e, em geral, quando você vê qualquer biografia de intelectuais mulheres, essas marcas acidentadas são muito presentes, essas marcas descontínuas, seja por mudança de objeto,

por mudança de foco.

Acho que essa é uma dimensão importante, mas também acho que existe algo em particular: se são mulheres que estudam mulheres ou gênero, em que, de fato, a força do cotidiano é muito presente. Isso me parece um traço metodológico de muitas autoras mulheres, explorar o cotidiano, explorar a vida de todo dia, é algo muito presente. Em um curso de extensão que organizamos na ANPOCS chamado “Mulheres na Teoria Social”⁸, fui muito surpreendida, porque você vai ver as autoras clássicas, em outros tempos, e elas também estão fazendo isso. Então as questões que emergem na obra delas é muito assim: o casamento, o trabalho de cuidado, elas vão olhar para o trabalho, é claro que elas estão olhando para o trabalho, como todo mundo na virada do século XIX para o XX estava, mas elas estão olhando para o trabalho de todo dia, para o trabalho doméstico, elas estão olhando para as horas de trabalho, elas não estão fazendo distinções tão grandes entre público e privado, por exemplo, porque elas estão olhando para uma dimensão mais ordinária, mais cotidiana da vida. E me parece uma coisa metodologicamente interessante, porque são, em geral, – achei interessante perceber isso no século XIX – autoras que estão sistematizando a vida de todo dia de um jeito mais direto, mais profundo, talvez porque, de fato, seja mais complexo teorizar o público e o privado desse modo tão normativo, o que é um ponto no trabalho da Maria Sílvia, por exemplo. Ela não está vendo o público e o privado com essa distinção profunda, ela está olhando sobre como afinal de contas o dinheiro das pessoas mais poderosas de Guaratinguetá precisa financiar a cidade, e é isso, é assim que vai ter ponte, assim que vai ter escola, e o quanto isso produz, alicerça no cotidiano, uma forma de dominação pessoalizada, mas nem por isso ineficiente, nem por isso arcaica.

Então, de uma certa maneira, o modo de ler a relação entre o público e o privado, de ler a relação entre a casa e a rua, ela é muito menos dual

⁸ Refere-se às duas edições do curso de extensão *Mulheres na Teoria Social* realizadas em março e agosto de 2021, numa parceria entre a ANPOCS, o LABGEN e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ambos da UFF. As aulas sobre autoras clássicas das Ciências Sociais podem ser acessadas gratuitamente nesse endereço: https://www.youtube.com/playlist?list=PLp6VT-kihN-YK_g_PA3U2p13WJfmv4yI1. Acesso em: 16 fev. 2022.

e muito menos binária e por isso eu acho que a vida de todo dia, a vida ordinária, o cotidiano, ele emerge nas lutas. É a vida que as pessoas vivem, e isso acho que faz com que, de fato, exista um certo olhar para o micro e exista, para o bem e para o mal, um certo controle em fazer generalizações. Eu tendo a achar que mulheres autoras às vezes apostam mais na dimensão micro mesmo. Mas talvez porque elas sejam meio motivadas por aquilo que *não se narra* – eu gosto dessa expressão da Gilda –, talvez porque exista ali um certo esforço de tentar entender aquilo que não se narra, porque aquilo é tão controverso, tão difícil de narrar... Acho interessante que essas autoras do século XIX estão o tempo todo olhando para posicionalidades e isso é difícil de fazer, isso é difícil de abarcar, e para você descrever isso com alguma acuidade, você precisa ficar no micro um pouco. Se você quer fazer com que a diferença de gênero, com que a diferença de raça, com que a desigualdade de classes jogue um jogo explicativo, de fato você precisa de uma descrição um pouco mais micro importante, para não ser só “Ah, a desigualdade lá”, para não ser só conflito entre capital e trabalho, num nível estrutural. Se você quer dar mais carne e osso para isso, uma discussão mais micro é importante e me parece que isso organiza um pouco a imaginação de mulheres. É claro que isso pode ter uma coisa formadora também, das mulheres serem empurradas nas pesquisas para investigações mais recortadas, para coleta de fontes, uma certa divisão sexual do trabalho intelectual nas universidades que eu acho que acontece um pouco.

E vira aquela coisa dos atributos de talento: “Mulheres são mais detalhistas, então elas podem fazer trabalhos mais minuciosos”. Mas acho que é uma perspectiva um pouco teórico-metodológica, na qual muitas mulheres, em diferentes tempos, se encontram. E acho que tem a ver com essa modulação do olhar sobre como a esfera pública e a esfera privada compõem a vida social: ao ter uma compreensão de que isso é menos binário, de que isso é menos dual, há um impacto na forma como você constrói o objeto, no modo como você analisa o conflito social. Então, não antagonizar a casa e a rua, por exemplo, tem um efeito chave sobre como você lê trabalhos, sobre como você lê qualquer coisa, gênero, classe, poder, enfim, como você lê o Estado, essas grandes categorias e conceitos

da Teoria Social. E acho que tem essa dimensão do “fora do tempo”, que é um bê-á-bá dos historiadores, não necessariamente dos sociólogos em particular, que gostam dos macroprocessos, das generalizações, é isso. A gente nunca abandonou o Comte, a gente vai lá e acha que é a rainha de todas as ciências, então fico pensando sobre como vamos nos contentando em recortar aquilo que parece decisivo em um tempo.

Vou falar sobre os objetos e assuntos, que é uma coisa que tem muito a ver com os anos 1930. É por conta de um projeto que se chama *Minas Mundo*, no qual a Elide está estudando Henriqueta Lisboa e eu comecei a estudar esses debates, esse apoio em torno do Vargas, esse liberalismo que emerge ali na virada dos anos 1920 para os 1930, o fim do pacto oligárquico, a modernização conservadora, liberal, aquilo que eu estava estudando lá na minha monografia da transição do Nordeste agrário. Mas aí eu falei: “vou estudar como essas mulheres disputaram esse tempo!” Como é que as mulheres estavam falando sobre uma República Nova, por exemplo? Então a gente tem a Nova República, a gente tem a Revolução, como as mulheres se envolveram nesse processo? E aí fui descobrindo umas coisas muito interessantes que nunca tinha ouvido falar: tiveram batalhões só de mulheres em Minas Gerais para as fileiras da Revolução de 30, por exemplo. E aí você pega muito com o movimento das sufragistas e elas tem uma posse, tem alas só de mulheres nos partidos liberais estaduais e a defesa da República Nova, de um novo tempo, que é a defesa de um tempo com participação das mulheres, com direito ao voto, com educação feminina, com alfabetização, com melhoria de salário, com direito ao divórcio, e tem uma aposta muito grande no Vargas, na aliança liberal, justamente porque é a possibilidade, uma ideia de que esse tempo pós-República Oligárquica seria o tempo da igualdade entre homens e mulheres. Achei super curioso, porque é claro que elas estão em um tempo, mas parece que elas não estão no conflito fundamental do tempo, porque o conflito fundamental do tempo são as tropas gaúchas contra as tropas paulistas, com o apoio das tropas paraibanas e das tropas mineiras. E a gente perde de vista os batalhões de mulheres que se organizaram nisso, as alas femininas, os partidos liberais que estavam disputando aspectos daquela Constituição, da Constituinte de 1934, por exemplo. Isso é interessante, porque a gente

recorta nos estudos de Pensamento Social algo como uma coisa decisiva em um tempo e diz: “Esse é o conflito decisivo de um tempo!”, e aí esse é o único conflito que passa a existir, porque em todo o resto, ainda que exista, no máximo ele vai ser um folclore, uma anedota. Essa é um pouco a provocação da Michelle Perrot: dizer que as mulheres tiveram uma história não faz a menor diferença para o que a gente está falando aqui, o que faz diferença é, de fato, escrever sobre as disputas de um tempo, não é dizer que elas estavam ali, mas dizer como o fato de elas estarem ali criou pressões e impactou o processo; dizer que elas disputaram um tempo não importa se elas perderam.

Tem um livro da Françoise Vergès, que se chama *Por Um Feminismo Decolonial*, que tem um dos melhores debates sobre esse ponto, sobre essa insistência em dizer que os derrotados estavam fadados à derrota, de como a gente conta a luta dos vencidos como uma espécie de fim único, não tem outra coisa, eles estavam fadados à derrota: como eles não viram? Enfim, quando a gente pode, talvez, contar um pouco como eles disputaram um tempo, acho que isso muda tudo do ponto de vista da construção sobre o que era aquele tempo, sobre o que era determinado período histórico, o que era determinado contexto. Acho que é um pouco esse esforço, você tem esse conjunto de atores e as linhas de força de um tempo são as mais variadas. É claro que há um centro de gravidade e ele tem que ser reconhecido; é claro que uma questão organiza mais os atores; é claro que ela dá um tom do encaminhamento de determinado conflito, mas não é porque ela deu o tom do encaminhamento do conflito que ela resolveu e solapou o conflito e que esse era o único conflito existente, o único encaminhamento possível. Eleger aquilo que é fundamental em um tempo não significa necessariamente que as ideias derrotadas de um tempo deixam de existir, elas não vão ser redescobertas do zero, elas continuam existindo e tendo uma linha de transmissão, elas continuam, ainda que sejam ativismos fragmentados, ainda que tenham muita dificuldade de organização. As ideias não têm essa descontinuidade profunda entre as imaginações, por exemplo, você consegue ter uma longa duração de tudo isso e consegue recortar e fazer essa genealogia. Isso significa que não teve transformação? Não. Mas isso significa também que não está tudo sempre

começando do zero. Porque não sei, é uma coisa que me incomoda, é quase como se a gente não tivesse onde situar as autoras, e por isso que a gente diz que elas estão fora do tempo. Então, elas são geniais, elas estão fora do tempo porque a gente não situa essa mulher.

Acho que isso também nos dá uma dimensão mais rica sobre o conceito de cultura. Entendendo a cultura como esse campo de controversa profunda, um campo altamente disputado, uma controversa muito grande sobre o que é decisivo em um tempo, sobre o que é importante, sobre como se narra, como se fala, como se disputa, como se atua em um tempo. Eu fico pensando como isso tem um desdobramento no modo como a gente lê a cultura de um modo muito mais polissêmico, lê a produção cultural de um modo muito mais polissêmico, porque aí não é um negócio que é antiquar, é um negócio que está disputando, não é a genealogia de um tempo perdido, que se olha como curiosidade. Mas é de fato entender que um tempo é muito vivo, é muito rico e tem caminhos. Gosto da Anne McClintock, em *Couro Imperial*. Eu adoro a epígrafe do livro dela, que diz que um tempo tem muitas histórias. Acho que é um pouco isso, e as muitas histórias de um tempo, em geral, as histórias perdidas de um tempo, são essas histórias, são as histórias das ideias de mulheres, dos ativismos de mulheres, dos ativismos negros, dos ativismos camponeses.

Acerca dessa questão de estudar as mulheres como se estivesse estudando algo que está fora do acontecimento, essa ausência, Sandra Harding (1993) pondera sobre a real viabilidade de encontrar conceitos e categorias analíticas preexistentes que estejam livres de uma ótica patriarcal, o que pode se aplicar ao Pensamento Social Brasileiro. Será que o desafio é se apropriar para dar conta do que ficou ausente, invisível, perante os discursos dominantes? Será que a gente precisa propor melhores problemas do que aqueles dos quais nós já partimos? Será que é preciso criar outros mundos, disputar, alargar, reinterpretar? E será que é possível quebrar essa modéstia da produção feminina a que você se refere, de modo que as intelectuais mulheres possam se colocar nesse lugar de intelectuais?

Se pensarmos no Pensamento Brasileiro, acho que uma das questões clássicas do debate é aquela sobre público e privado, que não é o debate sobre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo – mas, curioso, porque se formos olhar, de uma certa maneira, no caso do Gilberto Freyre, até a dimensão da domesticidade é muito forte, muito presente – mas é um debate sobre público e privado entendido como os impasses à organização do Estado Moderno, sobre as bases impessoais da dominação etc.

No caso do pensamento brasileiro, o debate sobre público e privado encaminha para esse lugar dos grandes conceitos e o debate sobre o público e privado é um debate limitado à questão do poder e do Estado. Os estudiosos não necessariamente desdobraram o que tudo isso significava em termos de relações sociais de poder na sociedade brasileira, do ponto de vista racial, de gênero, do ponto de vista da dinâmica rural e urbana. Então, me parece que precisamos avançar em algumas questões fundamentais desse debate, apontando que elas estão permeadas por um conjunto de debates, permeadas por relações de gênero, relações racializadas.

O Pensamento Brasileiro é um campo muito interessante, conseguimos falar sobre a classe trabalhadora sem falar de raça por décadas; não parecia que existia uma relação entre as duas coisas. Foi tipo: podemos falar sobre a classe trabalhadora e a gente não precisa falar sobre escravidão; podemos falar sobre público e privado e não precisamos falar sobre trabalho doméstico; podemos falar sobre o quanto de trabalho não pago de mulheres, sejam elas desde a força de trabalho doméstica das empregadas domésticas até das donas de casa da classe trabalhadora, o quanto tudo isso assenta uma economia popular, o quanto isso assenta a própria dinâmica da classe trabalhadora brasileira, enfim; o quanto as formas de participação política, de participação democrática, que é um outro tema que ocupa um pouco o debate. É curioso como o pensamento brasileiro conseguiu escapar do debate de gênero numa sociedade nitidamente patriarcal, que é forjada nisso, que é herdeira disso de um jeito que não é preciso ser muito esperto para perceber. Isso é muito identificável na política: falamos dos oligarcas, dos patriarcas, mas não achamos necessariamente que estamos falando de uma relação de gênero

quando falamos sobre isso, não achamos que estamos falando sobre a assimetria das relações de poder entre homens e mulheres; é como se o patriarca existisse numa relação política que não é assentada em gênero, ela é uma relação entre público e privado que é uma relação do conflito entre sociedade e Estado e que não tem absolutamente nada a ver com gênero.

Então vamos levar o debate sobre público e privado às últimas consequências, o que significa enfrentar necessariamente a questão de gênero, mesmo quando estamos falando sobre as bases sociais do Estado e da organização do poder, do poder político, de partidos... quando olhamos para Victor Nunes Leal no *Coronelismo, Enxada e Voto*, e a gente está nitidamente olhando para uma formação, do coronel, o patriarca que tem o poder. É isso: estamos sempre falando que o poder é masculino, que as figuras de poder, que aquilo que assenta o poder é um homem branco, velho e é isso que oferece a imagem de poder que a gente tem, isso marca a participação política de todo mundo que não é homem, branco e velho. Mas parece que a gente não está falando sobre isso quando a gente fala disso, porque aí a gente está falando “fora da história” que essas pessoas não existem, que a gente está só pegando o conflito central como, por exemplo, a atuação dos coronéis no sistema partidário. Isola isso e acha que não tem uma vida acontecendo, que não tem disputa acontecendo ali, que não tem mulheres organizadas dentro do partido, ativistas negros dentro do partido, que não existe uma disputa de poder que também é uma disputa de gênero, racial, entre campo e cidade, enfim, que ela vai organizando outras coisas. E aqui tem um ponto que me parece muito importante, que não só a gente tem outras questões, mas que a gente tente ler autoras que falaram sobre essas questões de algum modo, pode ser de um modo descontínuo. E essa é a tristeza do cânone.

O Seminário “Mulheres na Teoria Social” é muito interessante, assim como o livro *Clássicas do Pensamento Social* (2021), de Verônica Toste e a Bila Sorj. Ambos têm uma coisa muito curiosa: essas mulheres do século XIX não eram pouco lidas, elas circularam bem no seu tempo, a questão não é essa. A questão é que, conforme o tempo vai passando, elas vão desaparecendo, porque conforme você vai contando a história da disciplina, as questões centrais de um tempo, conforme você vai dizendo

o que era decisivo, a diferença vai desaparecendo. E, então, as mulheres vão sumindo, os autores, mesmo homens, mas que não são da Europa, vão desaparecendo. Os autores das periferias geográficas vão sumindo, os autores não-brancos vão sumindo. Conforme você vai contando e assentando uma história intelectual da disciplina, a diferença de raça, de gênero e de geografia vai desaparecendo, sempre em nome de uma história intelectual mais homogênea. E acho que é por isso que é sempre um desafio, porque não reconstruir a história desse modo também é meio homogeneizador. É dizer que “ah, existiu aquilo naquele tempo, mas aquilo não importa para a reconstrução no presente”. Então aquilo se perde. Aquilo, no máximo, é a provocação da Michelle Perrot, de uma certa maneira. Aquilo era uma curiosidade do tempo, mas que não reverberou para além, como se os subalternos estivessem sempre aprisionados em um presente eterno, eles não têm passado e futuro, eles vivem um presente eterno. Então, quando você vai reconstruir uma longa genealogia, onde passado, presente e futuro estão articulados, eles não precisam existir, eles vivem no presente eterno.

Isso me chama a atenção, como conseguimos contar uma história intelectual da Sociologia, uma história intelectual das Ciências Sociais, que seja uma história intelectual que englobe de fato o que estava acontecendo nos variados tempos históricos, que não vá fazendo com que a diferença vá se perdendo. Então, é uma história intelectual que demonstre que naquele tempo histórico, aquelas mulheres estavam ali, elas estavam discutindo, elas estavam fazendo, foram traduzidas, lidas, elas eram, de alguma maneira, parte de algumas das controversas daquele tempo, mas o modo como a gente reconta a história intelectual faz com que elas não sejam.

É importante sermos capazes de contar uma história intelectual da disciplina e reconstruir linhagens de ideias, sejam sequências, uma tradição intelectual qualquer, de um modo menos homogeneizador, entendendo um pouco as dissonâncias, entendendo aquilo que a gente foi deliberadamente deixando para trás. Tem um texto da Raewyn Connell (1997) que eu gosto muito, que é *Why is classical theory classical?*. Nele ela vai dizendo como a construção a posteriori do clássico foi expulsando do coração da Sociologia a diferença como uma questão sociológica chave. A disciplina não nasceu

assim, ela lida com uma diferença fundamental, com a diferença colonial, isso é o centro, o coração da Sociologia. Mas progressivamente, conforme os manuais vão sendo construídos, os autores e as questões clássicas vão sendo depuradas, a história intelectual da disciplina vai se tornando um pouco mais homogeneizada. A consequência é a de que autoras e autores que tentaram explodir o debate sobre posicionalidade, sobre a diferença, que tentaram trazer a dimensão do público e do privado como constitutivo da sociedade e não como um binarismo – entendendo a sociedade como a intersecção entre o público e o privado, a vida social como a intersecção entre o público e o privado –, foram sendo abandonados na constituição do pensamento sociológico. O domínio do social acaba se tornando quase sinônimo da vida pública, da esfera da cidade, do urbano, da rua por excelência, do cidadão, e vai se construindo isso nessa dimensão.

Então acho que nós temos uma tarefa como pesquisadores do Pensamento Social, que é contar uma história da disciplina, uma história intelectual da disciplina que tenha na diferença e na reflexão sobre a diferença um elemento constitutivo, porque isso tensiona as noções de igualdade, isso tensiona o debate sobre emancipação, tensiona esses horizontes normativos da própria disciplina, e que não acho que têm que ser abandonados em hipótese alguma, mas que têm que ser provocados e tensionados de fato. Como recontamos uma história intelectual da disciplina entendendo que outros objetos foram construídos, que outras armações teórico-metodológicas foram construídas e que tudo isso é parte da história da disciplina, por exemplo, se a gente for pensar só do ponto de vista de uma história intelectual da Sociologia Brasileira? Mas aí, acho que tem um outro ponto, que é igualmente importante: é um esforço de se citar, de se ler, de tomar a interlocução dessas autoras como uma interlocução fundamental. Porque não dá para estudar essas autoras só como um momento da história, ou como se “ah, elas existiram”, mas é tomar como séria a interlocução teórica dessas autoras, o estatuto teórico da obra delas, entender e acioná-las como matriz que ajuda a construir problemas, que ajuda a construir temas, que ajuda a pensar metodologicamente.

É, de fato, pensar que as mulheres precisam estar inscritas nas controversas chaves de um tempo, senão não tem inovação teórica,

não tem inovação metodológica, não tem nada. Tem o campo inovador acontecendo e as mulheres ali gravitando. Elas precisam ser inseridas e isso é um pouco uma atitude de todos os pesquisadores, dos professores, de tomar isso como interlocução de pesquisa, porque isso acontece muito, de mulheres ficarem em um negócio mais micro, porque às vezes os trabalhos são as pesquisas de campo delas que são citadas. Então, você cita às vezes as mulheres, não necessariamente na parte teórica do trabalho, você cita para referendar o seu campo, que determinada pesquisadora também tem um achado empírico parecido com o seu, então as mulheres ficam um pouco mais associadas à empiria e menos associadas à inovação teórica, à inovação metodológica. E acho que isso é um desafio nosso, de tomar essas autoras como interlocutoras mesmo, porque não é uma questão de construir uma política de presença, ainda que seja importante construir uma política de presença nesse deserto que a gente vive em relação a esse tema. Mas não pode se esgotar nisso, é tomar as ideias, tomar para aderir ou recusar, porque também é isso, não é só para aderir, é para recusar também, como se faz com todos, como, por exemplo: quantos autores são citados simplesmente para se dizer que eles estão errados? Então, a gente tem em cada momento histórico os seus espantalhos, enfim, o quanto não se cita determinados assuntos como uma moda de “vamos bater nesse Fulano”. Tem sempre um Fulano, a gente também tem que discordar, inserir as mulheres no campo das controversas teóricas, inserir no campo das controversas metodológicas, porque é isso que também faz a gente construir uma certa historicidade dessa produção, porque isso é fundamental. Se não existe historicidade, se está tudo começando do novo, a gente tem sempre só mais uma mulher genial, como diz a Françoise Vergès, despojada da sua história, despojada do seu grupo, despojada da luta que a trouxe até ali, e só tem um ícone.

Então eu acho que é importante construir uma política de presença porque é o mínimo, mas é importante entender que inserir nas controversas significa disputar o poder mesmo, o poder da produção do conhecimento, o modo como são as relações de poder que estabilizam o que entra, o que sai e o que fica no cânone. Eu gosto de uma provocação de que os

leitores são parte fundamental da construção de um cânone,⁹ então, a gente precisa ler, falar sobre, discutir e discordar também, porque isso é fundamental para a construção do debate intelectual, do debate teórico de um tempo. Por isso que eu acho que é sempre uma prática coletiva, que a Sociologia, as Ciências Sociais, são uma prática coletiva, e então não tem muito jeito: sempre vai ser necessário que seja uma prática coletiva e que a gente entenda esses limites como limites coletivos, não como limites individuais. Porque também não dá pra ser a professora legal, o professor legal que dá determinados autores, não é isso, ou você toma esses autores como interlocutores de fato, e aí os trabalha como interlocutores, ou não os dá, porque aí fica aquela coisa anedótica de olha, tem aqui os autores, tem aqui o debate, e tem aqui essa coisinha que a gente precisa colocar, porque em 2021 não dá pra dar um curso sem mulheres, mas a gente não leva isso a sério. Aí também não vai adiantar muito. Embora também ok, eu acho bom, alguma coisa sai.

Como você define “intérprete do Brasil” e quais mulheres intérpretes do Brasil você considera que ofereceram contribuições essenciais para a compreensão do nosso país?

Acho que intérprete do Brasil é todo aquele e aquela que, independentemente do suporte, seja textual, de imagem, sonoro, enfim, o que quer que seja, circunscreveu um conflito fundamental da sociedade brasileira. É aquele que conseguiu articular num todo inteligível e coerente dimensões conflitivas chaves da sociedade brasileira, porque é aquele que nos dá ferramentas para interpretar. Então, ele interpreta e ao interpretar nos dá ferramentas para continuar interpretando, justamente porque ele amarrou um determinado conflito, e acho que a dimensão é o conflito. É por isso que Gilberto Freyre é um intérprete, porque ele amarra um conflito chave da sociedade brasileira, embora ele diga que não é um conflito, mas um antagonismo em equilíbrio, ele vai olhar para aquela dimensão conflitiva fundamental da sociedade brasileira, que é o conflito Casa-Grande

⁹ Refere-se ao texto de Moretti (2000).

e Senzala, e vai nos dar uma imaginação e um conjunto de ferramentas para seguir desdobrando não necessariamente aquilo que ele criou, porque aquilo é aquilo, mas para continuar explorando essa dimensão, assim como Florestan organizou uma coisa fundamental quando foi explorar a intersecção entre raça e classe na constituição da ordem burguesa no Brasil e nos permitiu continuar pensando sobre uma série de outras questões. E acho que tem coisas, tem José Lins, por exemplo, que pegou um conflito chave da modernização rural no Brasil, que é “o que acontece quando a terra se torna uma mercadoria?”, que é um ponto chave da formação social brasileira que desestabiliza e desorganiza um conjunto de relações de poder, um conjunto de relações familiares, e por aí vai.

Só para ficar em alguns exemplos fundamentais: a Heleieth Saffioti, que arma também um conflito chave da nossa sociedade quando olha para a dimensão do trabalho feminino, do trabalho doméstico, e teoriza isso de um modo chave e que vai nos dar ferramentas para continuar pensando sobre isso. Então, acho que o intérprete é aquele que consegue amarrar e dar contornos nítidos para determinado aspecto conflitivo da sociedade brasileira e que nos permite seguir pensando a partir do que ele recortou, para o bem e para o mal, concordando e discordando, porque é justamente isso, faz parte da controversa. E acho que algumas das autoras fundamentais do Pensamento Brasileiro, algumas dessas intérpretes centrais, do ponto de vista mais ligado de fato aos objetos culturais, são nomes como a Gilda de Mello e Sousa, uma autora incontornável, que organiza um debate fundamental sobre a mediação da cultura na vida social, para o caso brasileiro. E acho que tem uma trinca fundamental no coração do debate sociológico do Pensamento Social: Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Heleieth Saffioti. Essas três autoras são muito basilares e estão enfrentando boa parte das questões, dos problemas e dos temas que organizam essa imaginação do Pensamento Brasileiro. E pensando um pouco mais contemporaneamente, acho que uma autora que provocou e atualizou algumas dessas teses, dialogou fortemente com algumas das teses do Florestan, da Heleieth, do Guerreiro Ramos, é a Lélia Gonzalez que, de fato, organizou, atualizou, passou para um debate outro sobre participação, sobre relações de gênero, relações raciais,

algumas dessas teses-chaves, até algumas das teses-chaves sobre o sentido da escravidão, sobre a relação entre raça e classe na formação da sociedade brasileira, olhando para inflexão de gênero como importante; acho que é uma autora que soube atualizar alguns desses debates que vieram antes dela e colocá-los em um novo patamar de explicação. Acho que essas autoras são as autoras que dialogam com teses-chaves e propõem inovações teóricas e metodológicas também-chaves. E tem uma autora mais focada no debate sobre trabalho, mas que eu acho uma autora que tem uma contribuição intelectual notável, que é a Elisabeth Lobo, que tem uma contribuição para o debate sobre trabalho, sobre gênero, cuidado e sobre direitos também, sobre essa imaginação dos direitos de mulheres, que acho muito substantiva. Uma carreira curta, ela morreu cedo, mas acho que é uma autora que vale muito a pena ser lida. E como os orientandos são uma benção na vida, tenho uma outra orientanda, a Carla Oliveira, que está fazendo um trabalho sobre a Virgínia Leone Bicudo e que tem sido uma coisa que tenho achado muito interessante; como é uma autora que não abandonou essa dissociação entre indivíduo e sociedade e ficou tentando inserir essa dimensão do comportamento como uma variável importante da explicação sobre a sociedade, e foi construir debates sobre a sociedade, sobre comportamento, modulando a relação entre indivíduo e sociedade a partir de uma outra perspectiva que talvez tenha dado muito ruído teórico-metodológico, que ajuda a explicar porque ela foi para o campo da Psicologia. Porque acho que é um pouco isso, a gente tende a achar que as mulheres foram mudando de campo, um pouco porque tinham brigas pessoais, ou porque elas eram intratáveis, ou porque elas eram difíceis, porque é o que achamos das mulheres em geral, que elas são arrogantes. E às vezes elas de fato estavam disputando teoricamente e elas não cabiam mais ali, e elas podem ter ido buscar outros mundos e construir outros mundos. Eu estava falando sobre isso com a Carla acerca da Virgínia Bicudo, e falando “Olha essa mulher! Ah, porque ela saiu da USP e não conseguiu ter uma cadeira de Sociologia” e essa mulher fundou duas Sociedades de Psicanálise, ela construiu instituições ao longo da vida inteira, construiu um Departamento de Psicologia na USP, ela transformou a psicanálise brasileira e a gente só consegue olhar para

ela e dizer “Ai, ela foi expulsa!” e aquilo pode ter sido pequeno para ela, porque a gente às vezes não tem essa dimensão. Ela foi buscar o mundo, construir mundos, disputar coisas que não estavam sendo ditas, com todas as dificuldades que isso significa, com todos os acidentes, as punições, podia ter sido muito mais fácil, eu não tenho a menor dúvida.

Mas a questão não é essa, a questão é que essas mulheres construíram muitas coisas, muitos espaços intelectuais, muitas instituições e às vezes a gente toma a história de um outro ponto, de um ponto que tenta muito mais entender o porquê elas foram perseguidas ou não conseguiram, mas elas conseguiram sim muitas coisas, elas fizeram muita coisa, elas marcaram não só os seus tempos, mas marcaram os debates e elas deixaram muitos legados, construíram formas de interpretar o Brasil e de pensar questões da sociedade brasileira.

Considerando a atual conjuntura, qual a contribuição que uma interpretação nacional produzida por mulheres, sobre mulheres, pode nos dar para desvendarmos e criarmos uma posição de enfrentamento a essa renitente sociabilidade autoritária e conservadora?

Voltando para a dimensão do público e privado, eu acho que existe uma dimensão fundamental do que a gente está vivendo hoje, que é o paroxismo do conflito entre o público e o privado, que veio com outras mediações importantes, que é a própria mediação da família, e ganhou uma dimensão chave tanto do ponto de vista da política quanto do ponto de vista da lógica econômica: a família cada vez mais é a unidade econômica chave de sobrevivência, especialmente das camadas populares, da classe trabalhadora, enfim, esse empreendedorismo de si mesmo, ele é muito associado à família. A lógica da sobrevivência, ela é uma lógica das estratégias familiares de sobrevivência, então a mãe que vai fazer coxinha, bolo, o pai que vai sair para tentar ganhar algum dinheiro, o filho que vai trabalhar no Uber... você vai tendo estratégias de sobrevivência econômica, do ponto de vista mais pé no chão, até uma dimensão política fundamental, que é isso: de repente a gente tem uma lógica familiar

explícita operando para a proteção do poder e se perpetuando por meio do exercício do poder político. Para mim, a gente vive um momento muito chave desse conflito, que é um conflito histórico da sociedade brasileira, algumas autoras brasileiras provocaram isso – a Maria Sylvia é uma autora que provocou isso, dizendo um pouco que, se não existe um lócus específico da luta de classes, ele não necessariamente é só e se esgota no conflito capital-trabalho, ele pode se expressar no conflito entre público e privado. O conflito de classes também pode se expressar nessa dimensão do conflito entre público e privado, eu acho que isso é algo que a Maria Sylvia ajuda a gente a pensar e acho que é algo que a gente tem muito fortemente na sociedade brasileira hoje. E voltamos muito para uma lógica do debate da Heleieth Saffioti, da Elisabeth Lobo também, sobre o lugar da família, sobre os vários tempos de trabalho que constituem a sobrevivência das famílias brasileiras, em particular das famílias da classe trabalhadora brasileira. Acho que estamos vivendo muito esses tempos e a gente tende a achar que o debate, que esse tempo histórico confina um pouco o debate sobre feminismo, sobre gênero, é uma pauta de costumes, é uma pauta moral, identitária. E olhar para essa dimensão do conflito entre público e privado como um lócus chave da luta de classes e olhar para essa dimensão da família como o ator econômico por excelência de uma economia em ruínas – seja o ator econômico do ponto de vista produtivo, seja o ator econômico do ponto de vista do endividamento, o que não é desimportante, porque é fundamental para ter solvência mínima – hoje, de fato, a família, o empréstimo que um vai fazendo, que o outro vai fazendo, o consignado na folha de pagamento do avô, essa lógica do “se virar” que é tão constitutiva da classe trabalhadora brasileira, quando tudo isso é completamente perpassado e assentado em dinâmicas de gênero, de relações sociais de gênero e o quanto a gente precisa empurrar tudo isso para uma moralidade, para uma lógica de costumes, justamente para não ter nessas dimensões as dimensões conflitivas chaves que elas têm na própria normalização do poder político, na própria normalização da autoridade, na própria normalização dessa ideia estável de autoridade.

Eu lembro muito quando estava dando aula de Pensamento Social quando o gabinete do Temer assumiu o poder em maio de 2016, e lembro

que os alunos ficaram muito chocados de ver aquele monte de homens brancos e velhos, e eu falei “Gente, vocês acham que vocês moram onde?”. Eu achei engraçado, porque eu que sou uma pesquisadora de Pensamento Social Brasileiro, não posso deixar de dizer que esse é o Brasil. Porque parece que veio esse Brasil agrário, esse Brasil oligárquico, esse país atrasado, e esse é o Brasil, minha gente. Isso é constitutivo da lógica da sociabilidade e da formação de uma estabilização de uma ideia de poder, e acho que isso é muito importante, como as coisas podem ser muito caóticas, mas o que estabiliza uma ideia de poder é sempre isso, sempre o homem, branco, de meia idade, preferencialmente mais velho, enquanto todas as outras formas de exercício de poder e de legitimação de exercício do poder tem muita dificuldade, cada vez mais, de se assentar. Então a gente começa a falar cada vez mais de violência política de gênero, cada vez mais desse esforço de repactuação mínima, de redistribuição mínima de exercício do poder, tanto do ponto de vista da representação política, mas acho que do ponto de vista da sociedade, do quanto você vai normalizando a ideia de que as mulheres podem sim absorver os subtrabalhos, como elas são sim responsáveis pelo trabalho de cuidado, do quanto as mulheres podem sim ter remuneração diferenciada no mercado de trabalho, e como tudo isso é fundamental para uma economia que está desabando. O quanto o trabalho não pago ou sub-remunerado de mulheres é fundamental para a reprodução econômica de uma sociedade e de uma economia numa retração muito forte. Do quanto a desproteção e desregulamentação que a gente está vendo, de proteção social, de direitos trabalhistas, ela também tem um anteparo do trabalho de cuidado, do trabalho feminino, um ponto fundamental. Então a conta desse conjunto de desregulamentações que a gente vê hoje tem nas mulheres, no trabalho feminino, nos subtrabalhos de mulheres, na sub-representação política de mulheres, elementos fundamentais. Conectar essas pontas e entender como tudo isso, como a desregulamentação da proteção social dos direitos, recoloca o conflito do público e do privado na sociedade brasileira num ponto muito central. Ou seja, são as famílias que devem cuidar da sua proteção, isso é o neoliberalismo, mas isso é o Brasil desde sempre, isso são as famílias que podem cuidar de si cuidando de si, isso é a lógica alargada do coronel, a

lógica alargada da milícia, a lógica alargada de espalhar poder, de espalhar terror, espalhar violência, para conseguir construir dominação. Enfim, é claro que tem outras roupagens, mas isso é algo muito documentado pelos autores e autoras do Pensamento Social Brasileiro. Então eu pensaria um pouco nisso, como podemos ler a longa historicidade do conflito entre público e privado constitutivo da sociedade brasileira entendendo esses movimentos de desregulamentação, entendendo esses movimentos de sub-representação da participação de mulheres, como faces muito fundamentais da estabilização e da normalização de uma certa dominação de gênero e da afirmação de um poder muito autoritário, porque aí a gente fala do autoritarismo que passa por isso, passa a entender que cada pessoa tem o seu lugar e se todo mundo entender qual é o seu lugar, vai dar tudo certo. Essa é um pouco a lógica do Gilberto Freyre. Se cada um souber o seu lugar, os antagonismos vão estar em equilíbrio e nada vai acontecer, porque cada um entende qual é o seu lugar. Na real a gente está nesse esforço de “você não entende qual é o lugar de você?”. Então eu pensaria um pouco nessa direção, mas não sei se é uma boa resposta.

REFERÊNCIAS

- CONNELL, Raewyn. Why is classical theory classical? *American Journal of Sociology*, v. 102, n. 6, p. 1511-1557, 1997.
- HARDING, Sandra. *A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista*. Estudos Feministas, n.1, p. 7-31, 1993. Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- MORETTI, Franco. The slaughterhouse of literature. *MLQ: Modern Language Quarterly*, v. 61, n. 1, p. 207-227, 2000.

PIRES, Bárbara Luísa Fernandes. *O tecido das contradições e a trama das equivalências: gênero, arte e sociedade no ensaísmo de Gilda de Mello e Souza*. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2019. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_173dd1fc76b85b920531a70633287c92. Acesso em: 16 fev. 2022.

TRESOLDI, Maria Caroline Marmerolli. *Crítica cultural como “esporte de combate”*: notas sobre o ensaísmo de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1090289?guid=1645643316739&returnUrl=2%20fresultado%20fistar%3fguid%3d1645643316739%20quantidade-Paginas%3d1%20codigoRegistro%3d1090289%201090289&i=1>. Acesso em: 16 fev. 2022.

Texto recebido em 22/02/2022 e aprovado em 23/02/2022